



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 31 de dezembro de 2025.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., do período base de 31 de dezembro de 2025, foram divulgadas no *site* da Companhia em 30 de março de 2026, disponível no sítio eletrônico: www.ca-cib.com/pt-br/brasil.

Atenciosamente,

Diretor Presidente: Giliane Coeurderoy

Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva



CRÉDIT AGRICOLE
CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO 2025 E 2024
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	26
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	27
5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	27
6. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31
7. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO.....	33
8. PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS	34
9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	35
10. OUTROS ATIVOS	36
11. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	36
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
13. OBRIGAÇÕES FISCAIS	38
14. OUTROS PASSIVOS	39
15. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS.....	39
16. RECEITA (DESPESA) DE JUROS	40
17. RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	40
18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	41
19. DESPESAS DE PESSOAL.....	41
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	41
21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	42
22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	42
23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	42
24. RESULTADO NÃO RECORRENTE	42
25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	43
26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	44
27. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS CONCEDIDAS A TERCEIROS.....	47
28. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E CAPITAL.....	47
29. REFORMA TRIBUTÁRIA	54
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	55

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. consolidado em IFRS, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por sendo 35.252.311.583 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, todas totalmente subscritas e integralizadas.

Do total de ações ordinárias, 24.289.284.928 referem-se às ações existentes até novembro, tendo sido registrado, em dezembro, aumento de capital, mediante emissão das ações adicionais. A integralização do capital foi realizada integralmente pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 21.138.273 (R\$ 18.709.831 em dezembro de 2024), a variação foi devido ao aumento nas Operações de Crédito.

A carteira passiva atingiu R\$ 17.014.663 (R\$ 16.002.337 em dezembro de 2024) devido ao aumento nos recursos provenientes do exterior, identificados na rubrica de Obrigações por Empréstimos e Repasses.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 4.123.610 (R\$ 2.707.494 em dezembro de 2024), sendo a variação devida pelo lucro do exercício e pelo aumento de capital.

O Banco Crédit Agricole S.A. encerrou o exercício de 2025 com lucro de R\$ 372.643 (lucro de R\$ 176.397 no exercício de 2024), tendo como principais efeitos positivos o Resultado Líquido de Instrumentos Financeiros e as Receitas com Juros.

Gerenciamento de riscos

O Consolidado Crédit Agricole possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 28.

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia do Banco Crédit Agricole S.A. era de 26,19% (17,71% em 31 de dezembro de 2025). Para apuração do índice, foi utilizada metodologia padronizada e bases informacionais contábeis no padrão COSIF (Plano de Contas Padrão das Instituições Reguladas pelo Banco Central), ambas gerenciadas e divulgadas publicamente pela autarquia responsável pelas Instituições Financeiras no Brasil, o Banco Central do Brasil.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas, ao Comitê de auditoria e aos Diretores do
BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“BCAB”; “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.3 e 8 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco implementou políticas e processos que consideram a classificação dos instrumentos financeiros por estágios de risco de crédito, envolvendo expectativas de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, incluindo informações prospectivas sobre a

volatilidade esperada do risco de crédito, segregada em três parâmetros: (i) probabilidade de default (PD); (ii) perda dada ao default (LGD); exposição no momento do default (EAD). O Banco também utiliza, pontualmente, análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração. Para esses casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria pelo fato da adoção de estimativas e julgamentos por parte da Administração para mensuração e constituição da provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento e avaliação do processo estabelecido pelo Banco em suas operações de crédito, incluindo a realização de testes de controles relacionados com: (a) originação das operações e de renegociações; (b) análise e aprovação de operações de crédito de acordo com alçadas pré-estabelecidas; (c) atribuição de níveis de rating por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (d) critério de avaliação de garantias das operações.

Adicionalmente, nossa abordagem contemplou: (a) entendimento e testes das premissas para determinação das perdas esperadas das operações; (b) testes, com base em amostras dos modelos de apuração de perda esperada desenvolvidos para as principais carteiras, incluindo a classificação dos créditos nos estágios designados pelo IFRS 9; (c) entendimento e validações de critérios definidos no âmbito do controlador do Banco na França; (d) teste de integridade de dados; (e) revisão das reconciliações de saldos contábeis e posições analíticas dos sistemas correspondentes; (f) revisão dos processamentos e contabilizações (g) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo de operações de crédito e a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Instrumentos financeiros derivativos

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.4 e 5.2 às demonstrações financeiras, o BCAB atua no mercado de derivativos com diversos produtos e tem por objetivo compensar variações de posições assumidas e para oferecer possibilidade de proteção a clientes, bem como operações de câmbio que são realizadas no âmbito, também, de uma atuação integrada do Banco com outras instituições ligadas ao Grupo Credit Agricole, por meio de coparticipação ou intermediação. Essas operações são mensuradas ao valor justo com base em preços, indexadores e outros parâmetros observáveis no mercado, utilizando-se modelos internos de precificação.

Devido à relevância e à natureza dessas operações e as características de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e teste da efetividade operacional dos controles internos relevantes que envolvem o processo de mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e controles de aprovação das operações de câmbio; (b) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas; (c) verificação da existência das operações por meio de teste de custódia; (d) verificação de documentos e contratos, em base amostral, para confirmar a integridade das informações utilizadas para apuração do valor justo; (e) análise das principais metodologias de valorização

desses instrumentos financeiros derivativos e reperformance de cálculo, em base amostral; (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para registro e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão apresentados adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

O Banco está inserido em um ambiente de negócios altamente dependente de infraestrutura tecnológica. Possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças para seus diversos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação. Além disso, os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, processamento e geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banco e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os processos e controles do ambiente de tecnologia para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 30 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

Douglas Souza De Oliveira

C2312318F3FF49E
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Balanço Patrimonial Consolidado

em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.373.079	4.518.724
Ativos financeiros			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.562.001	3.066.478
Títulos e valores mobiliários	5	1.404.253	1.271.194
Instrumentos financeiros derivativos	5	1.157.748	1.795.284
Ativos financeiros ao custo amortizado		13.113.833	9.852.161
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.1	496.725	-
Aplicações em moedas estrangeiras	7.2	72.887	371.223
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.3	2.167.914	856.481
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	10.390.282	8.638.041
(-) Provisões para Perdas Esperadas	8	(13.975)	(13.584)
Ativos fiscais - diferido	9	28.565	159.404
Outros ativos	10	43.586	1.090.718
Imobilizado de uso, líquido de depreciações		17.155	21.178
Intangíveis, líquidos de amortizações		54	1.168
TOTAL DO ATIVO		21.138.273	18.709.831
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.120.473	1.872.628
Instrumentos financeiros derivativos	5	1.120.473	1.872.628
Passivos financeiros ao custo amortizado		15.599.638	13.846.260
Depósitos	11	1.148.186	1.171.514
Captações no mercado aberto	11	442.796	684.685
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	359.644	58.213
Obrigações por empréstimos e repasses	11	13.649.012	11.931.848
Obrigações fiscais	13	113.508	175.606
Outros passivos	14	181.044	107.843
Total do passivo		17.014.663	16.002.337
Patrimônio líquido			
Capital social		3.380.673	2.105.673
Reservas de lucros		687.292	546.330
Não controladores		55.645	55.491
Total do patrimônio líquido		4.123.610	2.707.494
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.138.273	18.709.831

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita com juros	16	982.750	756.111
Despesa com juros	16	(829.594)	(681.273)
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS APÓS PROVISÃO PARA PERDAS		153.156	74.838
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(392)	(13.584)
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS APÓS PROVISÃO PARA PERDAS		152.764	61.254
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17	143.879	231.961
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		125.251	(17.376)
Receitas de prestação de serviços	18	131.345	96.948
Outras receitas operacionais	22	285.901	183.789
Outras despesas operacionais	23	(110.326)	(88.377)
TOTAL DAS RECEITAS (DESPESAS)		728.814	468.199
Despesas de pessoal	19	(118.374)	(112.187)
Outras despesas administrativas	20	(90.191)	(97.652)
Despesas tributárias	21	(42.082)	(37.007)
Outras despesa		-	1.259
RESULTADO OPERACIONAL		478.167	222.612
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		140	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	(105.664)	(46.215)
Provisão para imposto de renda		(25.089)	(43.259)
Provisão para contribuição social		(19.909)	(35.560)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(60.666)	32.604
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		372.643	176.397
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		362.962	165.029
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		9.681	11.368
Lucro por ação			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$			
Ações ordinárias		0,0103	0,0068
Ações preferenciais		0,6364	0,2894
Média Ponderada das ações em circulação - Básico e diluído por lote de mil ações			
Ações ordinárias		35.252.312	24.289.285
Ações preferenciais		570.332	570.332
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE LÍQUIDO DE IMPOSTOS		372.643	176.397

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Total dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
		Legal	Especial de lucros	Lucro Acumulado			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.105.673	53.883	442.418	-	2.601.974	-	2.601.974
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	165.029	165.029	11.368	176.397
Destinações:							
Reserva legal	-	8.250	-	(8.250)	-	-	-
Reserva especial de lucros	-	-	41.779	(41.779)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(115.000)	(115.000)	-	(115.000)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	44.123	44.123
Saldos em 31 de dezembro 2024	2.105.673	62.133	484.197	-	2.652.003	55.491	2.707.494
Mutações do período	-	8.250	41.779	-	50.029	55.491	105.520
Saldos em 1º de janeiro de 2025	2.105.673	62.133	484.197	-	2.652.003	55.491	2.707.494
Aumento de capital	1.275.000	-	-	-	1.275.000	-	1.275.000
Lucro líquido no exercício	-	-	-	362.962	362.962	9.681	372.643
Destinações:							
Reserva legal	-	18.147	-	(18.147)	-	-	-
Reserva especial de lucros	-	-	122.815	(122.815)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(222.000)	(222.000)	-	(222.000)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(9.527)	(9.527)
Saldos em 31 de dezembro 2025	3.380.673	80.280	607.012	-	4.067.965	55.645	4.123.610
Mutações do período	1.275.000	18.147	122.815	-	1.415.962	154	1.416.116

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	372.643	176.397
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido		
Provisão para perdas	392	13.584
Participações nos lucros	147	4.128
Provisão de IR e CS	7.140	78.211
IR e CS diferido	60.666	(32.604)
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	3.398	1.075
Atualização monetária de contingências	667	(76)
Reversão provisão indedutível	(36.786)	(682)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	(78.349)	267.367
Depreciação e amortização	6.940	7.836
Baixa de bens por descarte	-	4.700
Variação monetária	(1.829)	(1.831)
Lucro líquido ajustado	335.029	518.105
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado	582.826	(1.031.566)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao custo amortizado	(3.262.064)	(3.090.236)
(Aumento) Redução em Outros créditos	1.177.971	(1.096.842)
(Redução) Aumento em Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado	(752.155)	940.419
(Redução) Aumento em Depósitos	(23.328)	57.170
(Redução) Aumento em Captações no mercado aberto	(241.889)	(729.714)
(Redução) Aumento em Recursos de aceites e emissão de títulos	301.431	35.495
(Redução) Aumento em Obrigações por empréstimos e repasses	1.717.164	5.830.319
(Redução) Aumento em Outros Passivos	15.386	(129.709)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.686)	(23.334)
Total variação de ativos e passivos	(522.344)	762.002
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	(187.315)	1.280.107
Atividades de investimentos		
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(1.803)	(10.105)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	(1.803)	(10.105)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.275.000	-
Juros sobre capital próprio pagos	(222.000)	(97.750)
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas não controladores	(9.527)	44.123
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de financiamento	1.043.473	(53.627)
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	854.355	1.216.375
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.518.724	3.302.349
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.373.079	4.518.724
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa totais	854.355	1.216.375

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e seus fundos de investimento (“o Grupo”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da diretoria em 26 de março de 2026. O Grupo tem por objeto social operar nas carteiras comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio e atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“Banco”), com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, é um banco múltiplo autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 87,83% das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 12,17%), ambas com sede na França e controladas por 39 Caixas Regionais de Mútuo localizadas no país.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios provenientes dos serviços prestados entre essas instituições e os custos associados à estrutura operacional e administrativa são reconhecidos de maneira proporcional e fundamentada, considerando a praticidade e a razoabilidade na sua atribuição, seja de forma conjunta ou individual.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, o Grupo apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

2.1) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- E a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Banco avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo incluem os saldos do Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“Fundo Itu”), do qual o Banco tem participação direta de 79,21% (90,26% em 2024), e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças (“Fundo Mercantis Auto Peças”), do qual o Fundo Itu tem participação de 82,55% (100% em 2024) e o Banco tem participação direta de 17,45%.

O Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios destina-se exclusivamente a investidores qualificados residentes ou não no Brasil e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos seus recursos em cotas FIDC que atendam à condição para investimento e à política de investimento do fundo. As aplicações realizadas no fundo não contam com a garantia da Administradora, do custodiante, do gestor, do agente de recebimento, do agente cobrador, do consultor de crédito, de suas pessoas controladoras, sociedades por estes, direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Cultinvest Asset Management Ltda.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças destina-se exclusivamente a investidores qualificados e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do fundo na aquisição preponderante de direitos creditórios. As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia da administradora, da gestora, do comitê de investimentos ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais se sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

O Fundo Itu possui participação em outros fundos de investimentos, porém apenas o Fundo Mercantis Auto Peças consolida no Grupo. O Fundo Itu não retém os riscos e benefícios do FIDC SALES FINANCE, e as cotas subordinadas são suficientes para absorver a expectativa de perdas.

A carteira do Fundo Itu é constituída pelos seguintes Fundos de Investimentos:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Fundo	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento
BEM FI RF SIMPL TPF	88	0,01%	65	0,01%
FIDC MERCANTIS AUTO PEÇAS	167.087	82,17%	166.514	100,00%
FIDC BANCO GMAC (i)	-	-	302.752	71,23%
FIDC SALES	100.692	70,71%	100.413	66,10%
Total	267.867		569.744	

(i) O FIDC Banco GMAC foi liquidado em dezembro de 2025.

Para a elaboração das demonstrações consolidada em IFRS, foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre as entidades incluídas na consolidação.

2.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência com base na taxa de juros efetiva da operação, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Grupo são representados por saldos em poder de bancos e aplicações e são mensurados, frente à luz da norma IFRS 9, como custo amortizado, de acordo com o modelo de negócio adotado pelo Grupo.

O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota explicativa 4.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

2.4. Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados por categoria, de acordo com o modelo de negócios da Instituição na gestão desses ativos, considerando suas respectivas características contratuais de fluxo de caixa, quais sejam:

I - Custo amortizado: ativos financeiros que atendem, cumulativamente, às seguintes condições:

- O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

II - Valor justo em outros resultados abrangentes: ativos financeiros que atendem, cumulativamente, às seguintes condições:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

III - Valor justo no resultado: demais ativos financeiros que não atendem nenhum dos critérios anteriores.

A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual.

Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- i) Obter fluxos de caixa contratuais;
- ii) Obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou
- iii) Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; a forma como os gestores são remunerados; e como esse desempenho é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado.

Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não havia registro de contratos híbridos.

Os passivos financeiros classificados como custo amortizado tem seus custos reconhecidos diretamente no resultado. Enquadram-se nessa classificação: depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende das categorias onde foram classificados.

I - Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescido dos custos da transação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros dessa categoria são reconhecidos na rubrica “receita de intermediação financeira”, enquanto que as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “despesas de intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato;

II - Valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente, são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados nessa rubrica são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “resultado da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros;

III - Valor justo no resultado: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados no resultado na rubrica “resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

Hierarquia do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado, na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. Ambos mercados devem ser acessíveis ao Banco.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo-se que tais participantes atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos, utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos cujo valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados na hierarquia de valor justo descrita a seguir. A caracterização baseia-se na informação de menor nível que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados), em mercado ativo, para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Um mercado ativo é aquele no qual as transações do ativo ou passivo que está sendo mensurado ocorrem, geralmente, com frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento contínuo;
- Nível 2 – instrumentos financeiros não negociados em mercados ativos, em que são usadas técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, o Banco analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis internas.

As metodologias usadas para determinação dos valores justos de instrumentos financeiros são resumidas na nota 7.

Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade dos instrumentos e quando tal transferência se qualifica para a baixa.

Taxa de juros efetiva da operação (TJEO)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato.

O Banco optou pela metodologia diferenciada da TJEO para os ativos financeiros, que consiste na apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original e apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Os contratos de câmbio, anteriormente classificados em ativos ou passivos relacionados a moedas estrangeiras, agora são registrados como instrumentos financeiros derivativos (Res. CMN 4.966, Art 2º, XI), tendo em vista estarem sujeitos às variações da taxa de câmbio e à liquidação em data futura. Dessa forma, tais transações são agora mensuradas ao Valor justo no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo, operações de *swap* e operações de câmbio são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- Operações de *swap* e câmbio - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço;
- Operações de opções – os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita e despesa no caso de não exercício;
- As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:
 - Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
 - Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge*, assim como os respectivos itens objetos de *hedge*, devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de valor justo são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

2.6. Provisão para Perdas Esperadas e Incorridas associadas ao risco de crédito

A Administração avalia periodicamente os ativos financeiros quanto ao nível de risco de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação ao instrumento financeiro, aos devedores e garantias, observando os parâmetros para classificação dos ativos financeiros como ativo problemático. O Banco apura e registra provisão para perdas esperadas para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez
- Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado e VJORA
- Operações de crédito
- Outras exposições que gerem risco de crédito

Estágios

Os ativos financeiros são classificados em 3 estágios, sendo:

- Estágio 1: Ativos não problemáticos e que mantém o risco de crédito em nível similar ou melhor em relação ao nível do reconhecimento inicial. A probabilidade de inadimplência considerada no modelo de perda esperada é calculada para os próximos doze meses.
- Estágio 2: Ativos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio, mas que ainda não apresentam problemas de recuperação de crédito (Ativo Problemático) ou que deixaram de ser caracterizados como Ativo Problemático. A perda esperada é baseada no cálculo para um período futuro do instrumento financeiro considerando a probabilidade de inadimplência para o período remanescente, no mínimo, um período de 12 meses.
- Estágio 3: Ativos Problemáticos, com forte evidência de que não serão liquidados conforme pactuados, e as operações reestruturadas. Nesse caso, o cálculo das perdas associadas ao risco de crédito se dá pelo maior valor entre (i) a perda esperada calculada com base em dados observados estatísticos ou (ii) a perda incorrida de acordo com o piso de Estágio 3 determinado pela Resolução 352.

As Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito são contabilizadas desde a alocação inicial do instrumento financeiro em estágios, sendo determinadas em montante correspondente às perdas associadas ao risco de crédito.

As Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito são revisadas mensalmente, ou tempestivamente quando houver novos fatos que demonstrem deterioração significativa da qualidade creditícia da contraparte, incluindo reestruturação, e realocação de estágios.

Em 31 de dezembro de 2025 não houve realocação de ativos financeiros entre estágios.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

A metodologia interna de cálculo da Perda Esperada é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios do Banco. Esse cálculo é baseado em parâmetros da metodologia interna CACIB, incorporando aspectos locais (com destaque para risco país Brasil, cenários macroeconômicos, informações prospectivas sobre volatilidade de risco, Fator de Conversão de Crédito - FCC). Esses parâmetros são consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas.

A movimentação das provisões para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito no exercício de 2025 está demonstrada na nota 8.

Aumento significativo do risco de crédito

O conceito de risco de crédito é baseado na probabilidade de inadimplência para a vida toda do ativo financeiro.

Originalmente, quando a operação é concedida pelo Banco, é registrada em Estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, o Banco avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação passa a ser considerada em Estágio 2, ou ainda, se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3.

Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de não recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo de risco de crédito e de evidência de ativo problemático baseiam-se não apenas em critérios quantitativos e prospectivos, incluindo projeções decorrentes de modelos de probabilidade de deterioração do crédito, mas também no comportamento efetivo do ativo financeiro quanto à sua liquidação. São classificados no Estágio 2 os ativos que apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, caracterizado, entre outros fatores, pela elevação do grau especulativo e risco substancial conforme classificação de agências de risco reconhecidas pelo mercado, por atrasos superiores a 30 dias no pagamento de principal ou de encargos nas operações financeiras, consecutivas renovações do valor de principal nas operações financeiras, apesar de pagamentos de encargos devidos; descumprimento de obrigações contratuais em operações financeiras; atrasos no pagamento aos fornecedores, inadimplência em contratos comerciais; alterações adversas nas condições de negócios, financeiras ou econômicas que possam impactar significativamente a capacidade do devedor em honrar integralmente os compromissos financeiros assumidos com o Banco, mudanças significativas em indicadores de risco de crédito do devedor, ou ainda, por determinação do comitê competente, fundamentada em avaliação técnica.

Os ativos classificados no Estágio 3 abrangem as operações que apresentem evidência objetiva de problema de recuperação de crédito. A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações: atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos nas operações financeiras; deterioração relevante da capacidade creditícia, evidenciada por classificação de risco altamente especulativa ou inferior, insolvência / diminuição significativa de liquidez do devedor, diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação devido à redução da capacidade financeira do devedor; recorrência de atrasos no pagamento de juros; reestruturação de crédito; decretação de falência,

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou existência de medidas judiciais ou regulatórias que possam comprometer a capacidade financeira do devedor em honrar integralmente suas obrigações nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Cálculo da perda esperada

- Probabilidade de Inadimplência (*Probability of Default* - PD): a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada.
- Perda em Situação de Inadimplência (*Loss given Default* - LGD): a LGD é o percentual esperado de perda de um ativo problemático. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito do Banco para que consiga mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação / renovação de operações com clientes, podendo estender análises específicas para diferentes tipos de garantias, percentuais de cobertura das garantias, entre outras informações.
- Exposição em Situação de Inadimplência (*Exposure at Default* - EAD): a EAD () representa o montante da exposição ao risco de crédito no momento em que o ativo se torna problemático, incluindo juros incorridos, não contemplando limites de créditos.

2.7. Ativos problemáticos e stop de accrual

Para os Ativos Problemáticos, o Banco interrompe a apropriação de receitas ainda não recebidas (*stop accrual*), retomando a apropriação somente após regularização.

As reestruturações de ativos problemáticos consideram concessões concedidas pelo Banco ao devedor, as quais não seriam concedidas caso o devedor não enfrentasse dificuldades financeiras severas (deterioração significativa da qualidade de risco de crédito) que o impedissem de cumprir integralmente seus compromissos financeiros com o Banco.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

A descaracterização do Ativo Problemático e a respectiva reclassificação como Ativo com Risco de Crédito Significativo é possível desde que sejam atendidas condições pelo devedor (processo de Cura), entre elas: adimplência dos pagamentos de principal e encargos de acordo com a reestruturação das obrigações e novas condições pactuadas, continuidade de pagamento tempestivo de principal e encargos bem como cumprimento de demais obrigações contratuais por um período de cura mínimo, pagamento de quantidade mínima de parcelas, melhora dos indicadores de risco de crédito do devedor.

A expectativa de recuperação do Ativo Problemático considera uma estimativa do valor presente provável utilizando:

- (i) o valor justo das garantias ou dos colaterais se existirem;
- (ii) os custos e os prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais; e
- (iii) a taxa de juros efetiva do instrumento financeiro no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

A análise é feita caso-a-caso com base na experiência da Área de Gerenciamento de Créditos Problemáticos e no histórico de recuperações de créditos problemáticos do Banco, além de comparações com outras reestruturações de ativos problemáticos do grupo Crédit Agricole.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia operações renegociadas e/ou reestruturadas no balanço do Banco, nem resultados provenientes de operações recuperadas no exercício.

O único Ativo Problemático no balanço do Banco encontra-se em processo de disputa judicial, em estágio inicial, mas não apresenta materialidade para o balanço do Banco. As estimativas de recuperação feita por escritório de advocacia especializado, contratado para apresentar defesa do Banco, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, são validadas pela Administração

2.8. Aquisição de créditos

As operações de aquisição de ativos financeiros são classificadas como custo amortizado, os valores pagos na operação são registrados no ativo como operações com características de concessão de crédito e as receitas são apropriadas ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação (nota 7.4).

2.9. Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

2.10. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O Banco apura o valor recuperável de seus ativos não financeiros anualmente para realização do teste de imparidade, com exceção dos créditos tributários, que são revistos semestralmente. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável apurado, é reconhecida no resultado do período uma perda por imparidade (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

2.11. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

2.12. Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

2.13. Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

2.14. Tributos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%. O crédito tributário e imposto diferido, referente a 31 de dezembro de 2025, foi constituído em 20% do montante a realizar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixada na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.15. Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo e, mensalmente, ajustados pelas respectivas depreciações/amortizações. O cálculo da depreciação do ativo imobilizado é realizado pelo método linear às taxas de: 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados; e 10% a.a. para demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

O imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem consideradas como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

Os valores das contingências são quantificados a partir de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar das incertezas inerentes aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 25

2.17. Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelos seus valores de realização, somados, quando aplicável, as variações monetárias e cambiais e os rendimentos. Os demais passivos são apresentados pelo valor de liquidação, somados, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais.

2.18. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias.

2.19. Gratificação variável baseada em ações

O Banco possui um programa de remuneração variável que inclui pagamentos diferidos, cujos valores são indexados à variação do preço da ação do controlador. Tal benefício é parte integrante

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

da política de gratificação diferida da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada. A provisão de remuneração variável está registrada no grupo de “Outros Passivos”, na rubrica “Despesas de Pessoal” (Nota 14), assim como seu respectivo resultado está refletido na rubrica de “Proventos” na nota de “Despesas de pessoal” (Nota 19).

2.20. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

As obrigações em moeda estrangeiras estão atualizadas às spot de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

2.21. Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, consideram-se como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes. O Banco considera como recorrente os resultados das atividades típicas da instituição, como prestações de serviços financeiros, aplicações e captações de recursos, e a manutenção habitual das atividades operacionais. O resultado não recorrente está apresentado na nota 24.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Grupo Crédit Agricole Brasil estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	2.9 e 24
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.7 e 25
Provisão para perda esperada	8
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo	2.6 e 6

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	355.376	268.726
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	2	3
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	2.322	12.685
Depósito remunerado BACEN - moeda nacional	353.052	256.038
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.017.703	4.249.998
Aplicações financeiras - moeda nacional	5.017.703	4.249.998
Total	5.373.079	4.518.724

5. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A composição da rubrica de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está demonstrada a seguir:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários	1.404.253	1.271.194
Instrumentos financeiros derivativos	1.157.748	1.795.284
Total	2.562.001	3.066.478

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros derivativos	1.120.473	1.872.628
Total	1.120.473	1.872.628

A segregação hierárquica do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 6.

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2025			31/12/2024		
	Notional	Valor justo	MTM	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	1.365.734	1.369.320	3.586	535.198	639.580	104.382
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.229.780	1.230.751	971	215.252	213.583	(1.669)
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	98.439	100.889	2.450	297.207	403.230	106.023
Cotas de Fundo DI	37.515	37.680	165	22.739	22.767	28
Vinculados a prestação de garantias	34.854	34.933	79	641.177	631.614	(9.563)
Títulos mantidos até o vencimento	34.854	34.933	79	641.177	631.614	(9.563)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	34.854	34.933	79	641.177	631.614	(9.563)
Total	1.400.588	1.404.253	3.665	1.176.375	1.271.194	94.819

(i) Referem-se às cotas de fundos FIDC não consolidados investidos pelo Fundo Itu.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Grupo na aquisição do título.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento (i)	138.569	425.997
Até 3 meses	299.834	-
De 3 a 12 meses	923.096	385.604
De 1 a 3 anos	42.754	459.593
Total	1.404.253	1.271.194

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimento FIDC.

c) Composição por emissor

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos de Renda Fixa		
Títulos públicos	1.265.684	845.197
Letras do Tesouro Nacional – LTN (i)	1.265.684	845.197
Títulos Privados	138.569	425.997
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC (ii)	100.889	403.230
Cotas de Fundo DI	37.680	22.767
Total	1.404.253	1.271.194

(i) Títulos custodiados na Selic.

(ii) Títulos custodiados na B3.

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio da política de utilização de *hedge*, alinhada aos limites de exposição a riscos do Grupo Crédit Agricole, sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, aplicando os requerimentos da IFRS 9. Conforme esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumentos de *hedge* para fins contábeis, e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer ganhos ou perdas de valor justo será diferente.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros.

As operações realizadas no Brasil são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estavam assim distribuídas:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Notional	Valor justo	MTM	Notional	Valor justo	MTM
SWAP						
Posição Ativa	279.051	497.147	218.096	114.452	86	(114.366)
Posição Passiva	(223.132)	(382.877)	(159.745)	(672.490)	(923.828)	(251.338)
Termo de moeda - NDF						
Posição Ativa	588.154	576.487	(11.667)	1.687.851	1.758.829	70.978
Posição Passiva	(598.471)	(598.070)	401	(871.419)	(930.664)	(59.245)
Mercado de opções						
Posição Ativa	11.276	10.688	(588)	2.764	7.206	4.442
Posição Passiva	(10.243)	(10.250)	(7)	(3.980)	(4.406)	(426)
Futuros						
Posição Ativa	73.426	73.426	-	29.163	29.163	-
Posição Passiva	(129.276)	(129.276)	-	(13.730)	(13.730)	-
Total - Posição Ativa	951.907	1.157.748	205.841	1.834.230	1.795.284	(38.946)
Total - Posição Passiva	(961.122)	(1.120.473)	(159.351)	(1.561.619)	(1.872.628)	(311.009)

a) Swap, Termo e Opções

As operações com Swap, Termo e Opções em aberto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estavam assim distribuídas:

	31/12/2025				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor contábil	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	39.621.264	279.051	(223.132)	497.147	(382.877)
CDI vs EURIBOR 6M	2.439.092	93	(83.440)	1.489	(36.590)
USD vs SOFR	6.407.357	1.597	(5.312)	162.529	(27.921)
CDI vs USD	2.150.508	129.219	(25.859)	134.158	(27.213)
USD vs CDI	148.571	9.251	-	10.104	-
CDI vs EURO	1.060.000	-	(35.456)	-	(22.330)
PRÉ vs CDI	14.194.448	(1.154)	(58.011)	22.295	(88.693)
CDI vs PRÉ	1.237.943	462	907	72	(142)
SOFR vs USD	6.506.066	6.085	(1.453)	29.788	(160.381)
EURIBOR 6M vs USD	2.107.240	122.872	(1.773)	114.669	(3.138)
EURO vs USD	218.560	9.763	-	7.955	-
PRÉ vs EURO	190.884	(140)	(10.095)	1.353	(5.279)
USD vs T-SOFR 3M	945.850	-	(304)	-	(8.083)
USD vs T-SOFR 6M	265.225	-	(259)	-	(2.412)
CDI vs T-SOFR 6M	267.245	-	(2.077)	-	(695)
T-SOFR 3M vs USD	945.850	305	-	7.893	-
T-SOFR 6M vs USD	536.425	698	-	4.842	-
Contratos a termo	34.132.108	588.154	(598.471)	576.487	(598.070)
Compra a termo de moeda - NDF	18.227.983	117.745	(489.000)	114.789	(490.987)
Venda a termo de moeda - NDF	15.904.125	470.409	(109.471)	461.698	(107.083)
Contratos de opção	249.500	11.276	(10.243)	10.688	(10.250)
Compra de opção de venda – USD	188.500	3.177	-	1.976	-
Venda de opção de compra – USD	61.000	-	(2.144)	-	(2.606)
Compra de opção de compra - flexíveis	-	8.099	-	8.712	-
Venda de opção de venda - flexíveis	-	-	(8.099)	-	(7.644)
Total	74.002.872	878.481	(831.846)	1.084.322	(991.197)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2024				
	Valor nominal	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
Contratos de swap	29.123.829	114.452	(672.490)	86	(923.828)
CDI vs EURIBOR 6M	395.022	-	(71.325)	-	(66.522)
CDI vs EURO	679.807	(1.042)	(62.573)	4.430	(60.503)
CDI vs USD	2.626.897	-	(302.785)	-	(288.467)
CDI vs PRÉ	40.579	(60)	-	675	-
EURIBOR 6M vs USD	380.480	-	(21.703)	-	(25.114)
EURO vs USD	465.208	-	(28.135)	-	(28.045)
PRÉ vs CDI	6.643.850	116	316	72	(212.625)
PRÉ vs EURO	98.560	-	(3.357)	-	(7.081)
PRÉ vs USD	717.833	-	(163.468)	-	(165.512)
USD vs CDI	442.349	92.104	-	88.240	-
USD vs SOFR	8.034.363	(181)	(19.786)	88.978	(150.400)
SOFR vs USD	8.598.881	23.515	326	(182.309)	80.441
Contratos a termo	28.948.970	1.687.851	(871.419)	1.758.829	(930.664)
Compra a termo de moeda - NDF	17.492.978	1.688.048	947	1.757.965	(345)
Venda a termo de moeda - NDF	11.455.992	(197)	(872.366)	864	(930.319)
Contratos de opção	467.347	2.764	(3.980)	7.206	(4.406)
Compra de opção de venda – USD	53.000	740	-	-	-
Venda de opção de compra – USD	58.000	-	(1.956)	-	(4.245)
Compra de opção de compra - flexíveis	192.672	2.024	-	7.206	-
Venda de opção de venda - flexíveis	163.675	-	(2.024)	-	(161)
Total	58.540.146	1.805.067	(1.547.889)	1.766.121	(1.858.898)

b) Futuros

Encontram-se registrado na rubrica negociação e intermediação de valores os ajustes a liquidar conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diário - posição comprada	13.738.481	73.426	15.657.227	(13.730)
DI1	5.437.459	2.623	10.408.024	(652)
USD	2.047.290	9.885	508.460	(891)
DDI	6.253.732	60.918	4.740.743	(12.187)
Ajuste diário - posição vendida	15.646.956	(129.276)	12.646.114	29.163
DI1	10.569.124	(332)	5.282.632	8.204
USD	1.016.413	(27.824)	68.115	121
DDI	4.061.419	(101.120)	7.295.367	20.838
Total	29.385.437	(55.850)	28.303.341	15.433

(i) As operações são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Hedge

A política de utilização de hedge é alinhada aos limites de exposição à riscos do Grupo Crédit Agricole. Aplica-se sempre que as operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, evitando o comprometimento dos limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge*, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100, do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui apenas duas operações classificada como *hedge* de valor justo, onde o objeto do hedge são títulos públicos pré-fixados e o instrumento do *hedge* são *swaps* (CDIx pré), demonstrados a seguir:

Vencimento	Instrumento de hedge			item objeto de Hedge				
	Produto	Nota	Valor de mercado	Produto	Nota	Valor de Custo	Valor de mercado	Ajuste no resultado
01/07/2026	SWAP - Pré Posição passiva	6.2	467.905	Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.1	467.572	468.067	495
01/10/2026	SWAP - Pré Posição passiva	6.2	362.352	Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.1	362.059	362.478	419
			830.257			829.631	830.545	914

6. Valor justo dos instrumentos financeiros

A determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Títulos e valores mobiliários: O valor justo dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). As cotas dos fundos de investimentos são registradas com base na cotação informada pelos administradores. O valor justo dos títulos privados é apurado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado a valor presente, conforme as taxas divulgadas pelo mercado com o acréscimo do spread de crédito.
- Swap e Termo (NDF): O valor justo é apurado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado a valor presente, conforme taxas divulgadas pelo mercado.
- Opções de balcão: O valor justo é apurado com base em modelos matemáticos amplamente utilizados pelo mercado.
- Futuros e opções listadas: O valor justo é apurado com base nas cotações de mercado divulgadas pela B3 S.A..

A hierarquia de precificação dos ativos e passivos ao valor justo está demonstrado a seguir, conforme metodologia de precificação adotada pelo Grupo descrita na nota explicativa 2.4:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.265.684	138.569	-	1.404.253
SWAP	5.2a)	-	497.147	-	497.147
Termo de moeda	5.2a)	-	576.487	-	576.487
Mercado de opções	5.2a)	1.976	8.712	-	10.688
Futuros	5.2b)	-	73.426	-	73.426
Total		1.267.660	1.294.341	-	2.562.001

Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
SWAP	5.2a)	-	(382.877)	-	(382.877)
Termo de moeda	5.2a)	-	(598.070)	-	(598.070)
Mercado de opções	5.2a)	(2.606)	(7.644)	-	(10.250)
Futuros	5.2b)	-	(129.276)	-	(129.276)
Total		(2.606)	(1.117.867)	-	(1.120.473)

	Nota	31/12/2024			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	5.1	845.197	425.997	-	1.271.194
SWAP	5.2a)	-	86	-	86
Termo de moeda	5.2a)	-	1.758.829	-	1.758.829
Mercado de opções	5.2a)	-	7.206	-	7.206
Futuros	5.2b)	-	29.163	-	29.163
Total		845.197	2.221.281	-	3.066.478

Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
SWAP	5.2a)	-	(923.828)	-	(923.828)
Termo de moeda	5.2a)	-	(930.664)	-	(930.664)
Mercado de opções	5.2a)	(4.245)	(161)	-	(4.406)
Futuros	5.2b)	-	(13.730)	-	(13.730)
Total		(4.245)	(1.868.383)	-	(1.872.628)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia valores classificados como Nível 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

7. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim distribuídas:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações interfinanceiras de liquidez	496.725	-
Aplicações em moedas estrangeiras	72.887	371.223
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.167.914	856.481
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.390.282	8.638.041
Total	13.127.808	9.865.745

A provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado está apresentada na nota 8.

7.1) Aplicações em depósito interfinanceiro

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações interfinanceiras de liquidez	496.725	-
Total	496.725	-

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado com aplicações em depósito interfinanceiro foi R\$ 9.330 (R\$ 0 em 2024) (nota 16).

7.2) Aplicações em moeda estrangeira

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações em moedas estrangeiras	72.887	371.223
Total	72.887	371.223

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ 1.843 (R\$ 1.392 em 2024) (nota 16).

7.3) Títulos e valores mobiliários

As operações de Títulos e valores mobiliários dos ativos financeiros ao custo amortizado são instrumentos financeiros, cujo objetivo do Grupo é mantê-los até o vencimento para recebimento de fluxos de caixa contratuais compostos do valor principal e juros.

a) Composição por classificação

	31/12/2025		31/12/2024	
	Notional	Valor atualizado	Notional	Valor atualizado
Carteira própria	1.696.039	1.724.552	170.354	171.056
Debêntures	177.318	205.831	170.354	171.056
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	1.518.721	1.518.721	-	-
Vinculados a operações compromissadas	442.702	443.362	684.394	685.425
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	148.572	148.754	222.857	223.088
Debêntures	294.130	294.608	461.537	462.337
Total	2.138.741	2.167.914	854.748	856.481

(i) Refere-se cotas seniores investidos pelo Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

O Banco Crédit Agricole Brasil prov  "funding" em reais aos seus clientes através de opera es de Securitiza o – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) – onde os clientes atuam como originadores dos recebíveis a serem adquiridos pelos FIDCs e o Banco, por sua vez, como estruturador e investidor das cotas seniores de uma estrutura de fundo de fundos (FIC-FIDC).

b) Composi o por prazo de vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	1.518.721	-
De 3 a 12 meses	250.068	102.502
De 1 a 3 anos	399.125	753.979
Total	2.167.914	856.481

7.4) Opera o de Crédito

As opera es de crédito mensurados ao custo amortizado por estágios de classifica o está demonstrada a seguir:

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	135.342	-	-	135.342
Financiamentos a exporta�o	496.776	-	-	496.776
Cessão de créditos adquiridos	1.638.798	1.050	2.603	1.642.451
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de c�mbio	134.463	-	-	134.463
Adiantamentos sobre contratos de c�mbio	7.775.437	-	-	7.775.437
Outros títulos e créditos a receber	205.813	-	-	205.813
Total	10.386.629	1.050	2.603	10.390.282

	31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	181.798	-	-	181.798
Financiamentos � exporta�o	1.233.277	-	-	1.233.277
Cessão de créditos adquiridos	1.386.420	-	2.602	1.389.022
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	98.052	-	-	98.052
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	5.563.911	-	-	5.563.911
Outros títulos e créditos a receber	171.981	-	-	171.981
Total	8.635.439	-	2.602	8.638.041

8. Provisão para perdas de crédito esperadas

As perdas com redu o ao valor recuperável são reconhecidas na demonstra o do resultado na rubrica de "Provisões para Perdas Esperadas".

As tabelas a seguir representam a segrega o das perdas esperadas por estágio e produtos, bem como a movimenta o da provisão no período.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

a) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	(6.114)	(32)	(2.327)	(8.473)
Empréstimos	(187)	-	-	(187)
Financiamentos	(408)	-	-	(408)
Cessão de créditos adquiridos	(1.683)	(32)	(2.327)	(4.042)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(3.836)	-	-	(3.836)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(1.075)	-	-	(1.075)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(1.075)	-	-	(1.075)
Títulos e valores mobiliários	(1.338)	-	-	(1.338)
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior	(261)	-	-	(261)
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	(143)	-	-	(143)
Debêntures	(934)	-	-	(934)
Operações Off-Balance	(3.089)	-	-	(3.089)
Garantias Financeiras Prestadas	(3.051)	-	-	(3.051)
Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar	(38)	-	-	(38)
Total	(11.616)	(32)	(2.327)	(13.975)

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	(8.483)	-	(1.301)	(9.784)
Empréstimos	(389)	-	-	(389)
Financiamentos	(1.156)	-	-	(1.156)
Cessão de créditos adquiridos	(1.739)	-	(1.301)	(3.040)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(5.199)	-	-	(5.199)
Títulos e valores mobiliários	(1.347)	-	-	(1.347)
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	(383)	-	-	(383)
Debêntures	(964)	-	-	(964)
Operações Off-Balance	(2.453)	-	-	(2.453)
Garantias Financeiras Prestadas	(2.411)	-	-	(2.411)
Limite contratado e não utilizado	(42)	-	-	(42)
Total	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)

b) Movimento do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	667	(32)	(1.026)	(391)
Total dos movimentos com impacto no resultado	(11.616)	(32)	(2.327)	(13.975)

	31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	(24.743)	(24.743)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)
Baixas	-	-	24.743	24.743
Total dos movimentos com impacto no resultado	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)

9. Ativos fiscais diferidos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (Nota 26b)	28.565	159.404
Total	28.565	159.404

10. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Correspondentes no país	41	302
Operações de câmbio (iii)	-	1.051.800
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	54	33
Impostos a compensar(ii)	1.634	1.380
Adiantamentos e antecipações salariais	2.690	2.342
Valores a receber de sociedades ligadas	4.745	1.620
Despesas antecipadas	4.705	5.532
Despesas antecipadas	207	207
Outros ativos	805	599
Total	14.881	1.063.815

	31/12/2025	31/12/2024
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (i)	25.695	24.871
Devedores por depósito em garantia	2.032	2.032
Despesas antecipadas	978	-
Total	28.705	26.903

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Grupo (nota 25), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF) conforme abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo inicial do exercício	15.866	9.005	24.871	16.333	6.964	23.297
Constituições	2.394	129	2.523	520	1.622	2.142
Reversões/realizações	(3.387)	-	(3.387)	(2.212)	-	(2.212)
Atualizações	618	1.070	1.688	1.225	419	1.644
Saldo final do exercício	15.491	10.204	25.695	15.866	9.005	24.871

(ii) Composto substancialmente por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.

(iii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos", se houver montante a receber, ou "Outros Passivos" (nota explicativa 14), caso haja valor a ser pago.

11. Passivos financeiros ao custo amortizado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim distribuídas:

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos	1.148.186	1.171.514
Captações no mercado aberto	442.796	684.685
Recursos de aceites e emissão de títulos	359.644	58.213
Obrigações por empréstimos e repasses	13.649.012	11.931.848
Total	15.599.638	13.846.260

11.1) Depósitos

	A vista		A prazo		Interfinanceiro	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado						
Sem vencimento	72.285	1.425	-	-	-	-
Até 3 meses	-	-	400.512	108.670	-	202.352
De 3 a 12 meses	-	-	575.335	859.067	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	100.054	-	-	-
Total	72.285	1.425	1.075.901	967.737	-	202.352

11.2) Captação no mercado aberto

	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 meses	442.796	684.685
Debentures	294.099	461.672
CDCA	148.697	223.013
Total	442.796	684.685

11.3) Recursos de aceite e emissão de títulos

	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 meses	37.775	25.398
De 1 a 3 anos	321.869	32.815
Total	359.644	58.213

11.4) Obrigações por empréstimos e repasses

	Empréstimo no exterior		Repasso no exterior	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 meses	2.983.616	4.380.093	369.151	637.263
De 3 a 12 meses	7.071.320	4.714.209	126.478	591.844
De 1 a 3 anos	3.098.447	1.608.439	-	-
Total	13.153.383	10.702.741	495.629	1.229.107

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a), para aplicação em financiamento à exportação no montante de R\$ 12.958.737 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.706.946 em 31 de dezembro de 2024), incorrendo em variação cambial, de juros e imposto de renda, cujo efeito em 31 de dezembro de 2025 sobre os passivos foi um acréscimo de R\$ 194.646 (R\$ 128.308 em 2024). Em 31 de dezembro de 2024 também era representado por empréstimos em moeda estrangeira no montante de R\$ 867.487 captados com Crédit Agricole CIB - New York.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

O resultado negativo com obrigações por empréstimos no exterior em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 621.851 (R\$ 425.887 em 31 de dezembro de 2024) (nota 16).

Os recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a) para repasse a mutuários são representados no montante de R\$ 482.540 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.206.386 em 31 de dezembro de 2024), incorrendo em variação cambial, acrescidas de juros de R\$ 13.089 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 22.721 em 31 de dezembro de 2024).

A despesa com obrigações por repasse no exterior em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 86.597 (R\$ 36.160 em 31 de dezembro de 2024) (nota 16).

12. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	594	-	6.811	-
Crédit Agricole CIB - Paris	594	-	6.811	-
Aplicações em moeda estrangeira (Nota 4.2)	72.887	(8.132)	371.223	6.409
Crédit Agricole CIB - New York	72.887	(8.132)	371.223	6.409
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)	4.745	21.641	1.620	14.421
Crédit Agricole CIB - New York	148	3.018	22	5.379
Crédit Agricole CIB - Paris	3.922	14.511	671	6.387
Crédit Agricole CIB - Tokyo	-	-	-	21
Crédit Agricole CIB - London	-	155	-	-
Crédit Agricole CIB - Hong Kong	-	421	-	-
Crédit Agricole CIB - Singapura	-	89	-	-
CA Indosuez - Paris	-	-	-	70
CA Indosuez - Suisse	675	3.447	927	2.564
Instrumentos financeiros derivativos	6.201	(5.257)	98.466	-
Fundo A de Investimento Multimercado	6.201	(5.257)	98.466	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 12a)	(1.479)	(37.055)	(12.018)	(33.522)
Crédit Agricole CIB - Paris	-	(32.478)	(11.861)	(30.670)
Crédit Agricole CIB - Canada	(1.479)	(2.419)	-	-
Crédit Agricole CIB - Singapura	-	(315)	(157)	(723)
Crédit Agricole CIB - London	-	(1.843)	-	(2.129)
Empréstimos no exterior (Nota 11)	(13.649.012)	708.449	11.931.848	(2.658.783)
Crédit Agricole CIB - New York	(13.649.012)	708.449	11.931.848	(2.658.783)
Operações de câmbio	26.167	10.697	(110.005)	(90.043)
Crédit Agricole CIB - London	-	-	(664)	(90.043)
Crédit Agricole CIB - Paris	26.167	10.697	(109.341)	-

(*) O resultado das operações realizadas em moeda estrangeira inclui a variação cambial do período.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando seus reduzidos níveis de risco.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 23.800 (R\$ 22.830 em 31 de dezembro de 2024), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. Obrigações fiscais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

a) Fiscais e previdenciárias

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e Contribuições a recolher	12.927	6.963
Impostos e contribuições sobre os lucros	41.046	38.501
Total	53.973	45.464

b) Obrigações fiscais diferidas

Realizável a longo prazo	31/12/2025	31/12/2024
Créditos tributários (Nota 26b)	59.535	130.142
Total	59.535	130.142

14. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	164.766	95.813
Programa para participação dos resultados (i)	4.408	4.261
Valores a pagar - ligadas (Nota 12a)	1.479	12.018
Operações de câmbio (ii)	58.195	-
Despesas com pessoal	40.064	35.550
Rebates a pagar	3.864	1.900
Receita diferida	791	364
Outros valores a pagar	2.894	2.857
Desconto de prêmios por cedente (iii)	40.881	28.033
Obrigações Direito de uso	6.962	8.838
Outros passivos	5.228	1.992
Exigível a longo prazo	16.278	12.030
Outros passivos contingentes	16.278	12.030
Total	181.044	107.843

(i) Esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria;

(ii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos" (nota explicativa 11), se houver montante a receber, ou "Outros Passivos", caso haja valor a ser pago.

(iii) O desconto de prêmio por cedente é calculado diariamente pela Administradora, e corresponde ao excedente da rentabilidade do Fundo após a apropriação do benchmark (100% do CDI + Spread) as cotas da primeira emissão, e após a apropriação das despesas administrativas do Fundo.

15. Capital social e dividendos

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.380.673 e está representado por 35.822.643.769 ações, sendo 35.252.311.583 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

Em dezembro de 2025, o Banco aprovou aumento de capital social de R\$ 1.275.000 mediante emissão de 10.963.026.655 ações ordinárias, totalmente subscritas por Crédit Agricole Corporate and Investment Bank elevando o total de ações ordinárias de 24.289.284.928 para 35.252.311.583 ações, permanecendo inalterada a quantidade de ações preferenciais.

O aumento de capital foi homologado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

b) Reserva legal

A reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 80.280 e deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, mediante decisão em assembleia geral, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de uma distribuição menor ou a retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição pelo Banco ocorre, quando aplicável, anualmente.

Adicionalmente, o Banco poderá distribuir Juros sobre Capital Próprio (JCP), calculados com base no patrimônio líquido e nos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Em 2025, o valor distribuído a título de JCP foi de R\$ 222.000.

e) Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 607.012, é destinada à futuro aumento do capital social e constituída do resultado do exercício após a destinação da reserva legal e pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando aplicáveis.

16. Receita (despesa) de juros

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com Juros		
Aplicações no mercado aberto	673.294	530.401
Operações de crédito	89.238	80.115
Cotas de Fundos FIDC	89.133	-
Debêntures	88.436	112.418
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	31.477	31.785
Aplicação em depósito interfinanceiro (nota 7.1)	9.330	-
Aplicação em moeda estrangeira (nota 7.2)	1.842	1.392
Total	982.750	756.111
Despesas com Juros		
Aplicações no mercado aberto	(71.748)	(103.059)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (nota 11.4)	(587.546)	(462.047)
Depósitos	(142.314)	(109.643)
Despesas de letras financeiras	(26.916)	(5.495)
Operações de crédito	(1.070)	(1.029)
Total	(829.594)	(681.273)

17. Resultado líquido com instrumentos financeiros

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros derivativos	(57.974)	126.794
Futuro	(89.911)	128.194
Swap	953.875	(1.161.680)
Termo	(919.116)	1.158.094
Opções	(2.822)	2.186
Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	201.853	105.167
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.096	45.274
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	52.757	59.893
Total	143.879	231.961

18. Receitas de prestação de serviços

	31/12/2025	31/12/2024
Comissão Adiantamentos de Contratos de Câmbio	45.991	40.475
Rendas de garantias prestadas	15.825	25.572
Prestação de serviços - ligadas (nota 12a)	34.933	13.130
Comissão de estruturação - ACC	1.096	7.220
Comissão de estruturação - Project Finance	15.393	6.671
Comissão de estruturação - FIDC	2.824	1.434
Comissão Up Front	-	168
Comissão de compromisso	13.271	292
Manutenção de contas correntes	223	47
Assessoria Financeira	1.782	1.939
Comissão de distribuição	7	-
Total	131.345	96.948

19. Despesas de pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Proventos (i)	(48.795)	(46.537)
Encargos	(33.311)	(31.910)
Honorários	(16.120)	(15.888)
Benefícios	(14.499)	(13.219)
Participações dos empregados nos lucros	(4.274)	(4.128)
Outras	(1.375)	(505)
Total	(118.374)	(112.187)

(i) Inclui provisão referente a gratificação para diretoria do período atual.

20. Outras despesas administrativas

31/12/2025	31/12/2024
------------	------------

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Prestação de serviços - ligadas (i)	(28.816)	(32.231)
Processamento de dados	(19.175)	(19.285)
Serviços do sistema financeiro	(14.366)	(13.875)
Depreciação e amortização	(6.939)	(5.059)
Serviços técnicos	(6.351)	(11.141)
Taxa de administração de fundos	(4.547)	(2.429)
Aluguéis	(3.286)	(3.933)
Viagens	(1.982)	(1.696)
Contribuições filantrópicas	(1.870)	(1.822)
Outras despesas administrativas	(1.382)	(4.385)
Manutenção	(669)	(608)
Transportes	(289)	(378)
Comunicação	(253)	(257)
Água, energia e gás	(110)	(230)
Seguros	(93)	(261)
Publicações	(63)	(62)
Total	(90.191)	(97.652)

(i) As variações cambiais sobre prestação de serviços – ligadas estão registradas em outras receitas e outras despesas operacionais.

21. Despesas tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(25.498)	(25.553)
ISS	(6.064)	(6.455)
PIS	(4.143)	(4.152)
Outras despesas tributárias	(6.377)	(847)
Total	(42.082)	(37.007)

22. Outras receitas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de permanência de crédito (nota 6a e 8a)	200.767	134.445
Rendas de depósito remunerado	38.980	20.043
Rendas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	37.070	18.713
Rendas de compromisso de liquidez	4.953	3.658
Variações monetárias (i)	2.740	1.828
Recuperação de encargos e despesas	780	85
Reversão de provisão (ii)	314	611
Rendas de disponibilização	256	362
Outras rendas operacionais	41	4.044
Total	285.901	183.789

(i) Representada, substancialmente, por atualizações Selic de depósitos judiciais e impostos a compensar.

(ii) Referente a reversão de provisão de despesas administrativas e custos de clearing

23. Outras despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	(61.943)	(42.358)
Despesas de rebates	(43.548)	(40.150)
Provisão para contingências trabalhistas	(3.038)	(377)
Provisão para contingências fiscais	(1.413)	(623)
Outras despesas operacionais (i)	(157)	(4.663)
Variações monetárias	(227)	(201)
Juros/multas s/impostos	-	(5)
Total	(110.326)	(88.377)

(i) Representada substancialmente pela participação de não controladores em cotas de fundos de investimentos consolidados.

24. Resultado não recorrente

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado não operacional (i)	140	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Total	140	-
<i>(i) Principalmente pela alienação/(baixa) de ativo imobilizado</i>		

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha o montante de R\$ 16.278 (R\$ 12.030 em 31 de dezembro de 2024) (nota 14) registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 9.247 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.038 em 31 de dezembro de 2024) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 7.011 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.972 em 31 de dezembro de 2024) para contingências referentes a processos trabalhistas; e R\$ 20 em 31 de dezembro de 2025 para contingências referentes a processos civis (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação das provisões para passivos contingentes no período está abaixo apresentada:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	8.038	3.972	20	12.030	9.205	3.596	2	12.803
Constituições	933	3.039	-	3.972	699	-	18	717
Reversões/realizações	(87)	-	-	(87)	(2.441)	-	-	(2.441)
Atualizações	363	-	-	363	575	376	-	951
Saldo final do exercício	9.247	7.011	20	16.278	8.038	3.972	20	12.030

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	9.247	9.247	8.038	8.038
Riscos trabalhistas	7.011	7.011	3.972	3.972
Riscos cível	20	20	20	20
Total	16.278	16.278	12.030	12.030

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	27.108	25.437

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Riscos trabalhistas (ii)	26.159	24.925
Riscos civis	655	86
Total	53.922	50.448

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo.

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(44.998)	(78.211)
Imposto de renda e contribuição social exercício anterior	-	(608)
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	(37.933)	17.995
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	(22.733)	14.609
	(105.664)	(46.215)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	482.581	215.372
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(120.646)	(53.843)
Contribuição Social - alíquota de 20%	(96.516)	(43.074)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(217.162)	(96.917)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	111.498	51.310
Participação nos lucros	1.923	1.858
Outras adições e exclusões	109.575	49.452
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(105.664)	(45.607)
Imposto de Renda e Contribuição Social de exercícios anteriores	-	(608)
Total	(105.664)	(46.215)

i. Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício.

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2024	Constituições	Realizações	31/12/2025
Marcação a mercado TVM e derivativos	52.119	4.146	(52.119)	4.146
Participações no lucro	1.065	1.102	(1.065)	1.102

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Gratificação	7.021	7.939	(7.021)	7.939
14° Salário	422	439	(422)	439
Provisão para contingências	2.954	1.116	-	4.070
Provisão para garantias prestadas/executadas	325	3.180	-	3.505
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.185	-	-	6.185
Outras adições e exclusões	3.909	-	(3.037)	872
Prejuízo fiscal	9.585	-	(9.585)	-
Ajuste de GAAP	4.039	68	(16.948)	(12.841)
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	87.624	17.990	(90.197)	15.417
Marcação a mercado TVM e derivativos	41.694	3.317	(41.695)	3.316
Participações no lucro	852	882	(852)	882
Gratificação	5.617	6.351	(5.617)	6.351
14° Salário	338	351	(338)	351
Provisão para contingências	2.366	893	-	3.259
Provisão para garantias prestadas/executadas	260	2.544	-	2.804
Operação de Crédito baixado como prejuízo	4.948	-	-	4.948
Outras adições e exclusões	3.125	-	(2.430)	695
Prejuízo fiscal	9.350	817	(9.350)	817
Ajuste de GAAP	3.230	54	(13.559)	(10.275)
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	71.780	15.209	(73.841)	13.148
Total	159.404	33.199	(164.038)	28.565

Descrição	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Marcação a mercado TVM e derivativos	9.666	52.119	(9.666)	52.119
Participações no lucro	1.036	1.065	(1.036)	1.065
Gratificação	6.110	7.020	(6.109)	7.021
14° Salário	402	422	(402)	422
Provisão para contingências	2.630	324	-	2.954
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	325	-	325
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.185	-	-	6.185
Outras adições e exclusões	529	3.733	(353)	3.909
Prejuízo fiscal	29.036	-	(19.451)	9.585
Ajuste de GAAP	629	4.246	(836)	4.039
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	56.223	69.254	(37.853)	87.624
Marcação a mercado TVM e derivativos	7.733	41.695	(7.734)	41.694
Participações no lucro	828	852	(828)	852
Gratificação	4.888	5.617	(4.888)	5.617
14° Salário	321	338	(321)	338
Provisão para contingências	2.107	259	-	2.366
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	260	-	260
Operação de Crédito baixado como prejuízo	4.948	-	-	4.948
Outras adições e exclusões	422	2.986	(283)	3.125
Prejuízo fiscal	24.698	-	(15.348)	9.350
Ajuste de GAAP	501	3.398	(669)	3.230
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	46.446	55.405	(30.071)	71.780
Total	102.669	124.659	(67.924)	159.404

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2024	Constituições	Realizações	31/12/2025
Marcação a mercado TVM e derivativos	(72.302)	(33.075)	72.302	(33.075)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(72.302)	(33.075)	72.302	(33.075)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(57.841)	(26.460)	57.842	(26.460)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(57.841)	(26.460)	57.842	(26.460)
Total	(130.143)	(59.535)	130.144	(59.535)

Descrição	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Marcação a mercado TVM e derivativos	(58.906)	(72.302)	58.906	(72.302)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(58.906)	(72.302)	58.906	(72.302)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(47.106)	(57.841)	47.106	(57.841)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(47.106)	(57.841)	47.106	(57.841)
Total	(106.012)	(130.143)	106.012	(130.143)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social está apresentada da seguinte forma:

	31/12/2025								
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	> 2032	TOTAL
Imposto de Renda									
Prejuízo Fiscal Acumulado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	17.839	1.943	1.527	1.361	3.297	1.121	884	286	28.258
Total	17.839	1.943	1.527	1.361	3.297	1.121	884	286	28.258
Valor presente	15.867	1.587	1.150	933	2.057	636	457	122	22.809
Contribuição Social									
Base Negativa Acumulada	817	-	-	-	-	-	-	-	817
Diferenças Temporárias	14.270	1.554	1.222	1.089	2.638	897	707	229	22.606
Total	15.087	1.554	1.222	1.089	2.638	897	707	229	23.423
Valor presente	13.419	1.269	921	747	1.646	509	365	98	18.974
Total									
Prejuízo Fiscal & Base Negativa Acumulados	817	-	-	-	-	-	-	-	817
Diferenças Temporárias	32.109	3.497	2.749	2.450	5.935	2.018	1.591	515	50.864
Total	32.926	3.497	2.749	2.450	5.935	2.018	1.591	515	51.681
Valor presente	29.286	2.856	2.071	1.680	3.702	1.146	822	220	41.783

	31/12/2024								
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	6.299	3.286	-	-	-	-	-	-	9.585

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Diferenças temporárias	31.547	10.948	22.570	1.020	3.804	2.058	1.123	930	74.000
Total	37.846	14.234	22.570	1.020	3.804	2.058	1.123	930	83.585
Valor presente	32.918	11.312	16.890	719	2.457	1.218	609	462	66.585
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	5.040	4.310	-	-	-	-	-	-	9.350
Diferenças temporárias	25.239	8.758	18.056	816	3.043	1.646	898	744	59.200
Total	30.279	13.068	18.056	816	3.043	1.646	898	744	68.550
Valor presente	26.337	10.385	13.512	575	1.965	974	487	370	54.605
Total									
Prejuízo fiscal	11.339	7.596	-	-	-	-	-	-	18.935
Diferenças temporárias	56.786	19.706	40.626	1.836	6.847	3.704	2.021	1.674	133.200
Total	68.125	27.302	40.626	1.836	6.847	3.704	2.021	1.674	152.135
Valor presente	59.255	21.697	30.402	1.294	4.422	2.192	1.096	832	121.190

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis até 2032 suficientes para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado utilizando-se a taxa média de custo de captação projetada para cada um dos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas, em 31 de dezembro de 2025, tenham sua realização futura até o ano de 2032

27. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, há R\$ 2.119.674 de garantias financeiras prestadas, registradas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2025 as provisões para perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito é de R\$ 3.051 (nota 8).

28. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como Tipo 1, de acordo com a Resolução 436 do BCB, e segmento S3, de acordo com a Resolução 4.553 do CMN, possui **Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital**, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer - CRO*) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no **Regimento Interno do Comitê de Gestão**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Integrada de Riscos e Capital disponível no site <https://www.ca-cib.com/our-global-markets/americas/brasil>.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas periodicamente, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o Diretor Financeiro, e aprovadas pela Diretoria. Além disso, dentro da Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, existe também a iniciativa da divulgação da Cultura de Riscos a todos os profissionais da instituição, visando assegurar a disseminação de conhecimento a todos.

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos a terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A Área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
2. Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da Área de Risco de Crédito;
3. Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“rating”), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
4. Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos de performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc); e exigência de garantias se necessário.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima dos ativos financeiros registrados no balanço patrimonial por classificação interna de risco, conforme descrito na nota explicativa 2.3:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros ao custo amortizado	10.390.282	8.638.041
Baixo (1)	10.386.629	8.635.439
Médio (2)	1.050	-
Alto (3)	2.603	2.602
Operações Off-Balance (i)	2.148.850	1.832.492
Baixo (1)	2.148.850	1.832.492
Total	12.539.132	10.470.533

- (i) Limites contratados e não utilizados
(1) Operações classificadas no estágio 1
(2) Operações classificadas no estágio 2
(3) Operações classificadas no estágio 3

Abaixo estão os ativos com excesso ou insuficiência de garantias:

	31/12/2025			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	444.459	446.715	2.257.824	2.164.425
Micro / Pequenas e Médias Empresas	17.919	46.000	44.162	42.364
Total	462.378	492.715	2.301.986	2.206.789

	31/12/2024			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	2.012.189	2.283.499	660.982	639.170
Micro / Pequenas e Médias Empresas	56.183	118.375	37.531	25.500
Total	2.068.372	2.401.874	698.513	664.670

Do total das operações de crédito, R\$ 7.420.340 (R\$ 5.931.700 em 2024) representam empréstimos sem garantias.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A Área de Risco de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado, publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização, com total independência em relação à Tesouraria, e organiza:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar o risco de mercado e os resultados da Tesouraria, e também aprovar os limites;
2. Comitê de Precificação, com finalidade analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Os limites do Conglomerado estão focados no *Value-at-Risk* e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

1. Quantitativo: inclui o *Value-at-Risk*, cenários específicos de teste de estresse e indicadores adicionais como, por exemplo, o stop-loss;
2. Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, os mercados autorizados, entre outros.

O processo de gerenciamento de limite executado pela Área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

- **Risco de taxas de juros na carteira bancária (IRRBB)**

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros, classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

A carteira bancária é atualmente composta por instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da instituição, assim como nas suas contas de compensação (compostas, basicamente, por garantias emitidas a clientes, limites comprometidos concedidos e não utilizados) e derivativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (Δ EVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (Δ NII).

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados, mensalmente, indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem a interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;
- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A Área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar à Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

A estrutura de controles internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

1ª linha – Linhas de Negócios e Operações:

- 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;
- 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.

2ª linha – Riscos e Compliance:

- 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.

3ª linha – Auditoria:

- Controles periódicos de todas as atividades.

- **Risco de reputacional**

O monitoramento do risco reputacional visa proteger a instituição do risco de perda resultante de danos à reputação da instituição, em perda de receita; aumento de custos operacionais, de capital ou destruição do valor do acionista, causado por um evento adverso ou potencialmente criminoso, mesmo que a empresa não seja considerada culpada.

- **Prevenção a lavagem de dinheiro**

A prevenção relacionada à Lavagem de Dinheiro consiste na possibilidade da instituição financeira sujeita à legislação de PLD estar exposta a atividades ilícitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, muitas vezes através de seus clientes.

- **Risco de sanções internacionais**

Sanções internacionais são medidas adotadas por países ou organizações internacionais para punir ou restringir determinadas ações de governos ou entidades específicas. No caso de nossa instituição, o risco inerente a esse cenário é monitorado no caso de um cliente sancionado perder a capacidade de honrar com seus compromissos junto à instituição, causando perdas financeiras.

- **Risco legal**

O risco legal é definido como o risco de descumprimento de obrigação contratual, legal que potencialmente ou efetivamente resulte (i) em litígio, indenização ou pagamento de qualquer penalidade a uma contraparte, ou a um ex-colaborador – litígio trabalhista; (ii) em processo administrativo ou penalidade/sanção por autoridade competente para o acompanhamento e fiscalização das atividades do Conglomerado, incluindo obrigações fiscais e previdenciárias e seu monitoramento é constante.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

- **Risco Social, Ambiental e Climático**

O Conglomerado possui diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de seu risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais na sociedade que possam resultar de operações com seus clientes e fornecedores.

O risco social, ambiental e climático é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes e fornecedores, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas socioambientais. Cada operação é analisada pelas Áreas de Negócios em conjunto com as áreas de Risco de Crédito, Compliance, Desenvolvimento Sustentável na Matriz CACIB. Os clientes classificados como sensíveis sob a ótica socioambiental elevada, são discutidos em Comitê de Avaliação de Operações na Matriz CACIB.

- **Risco de segurança cibernética**

A gestão de risco de segurança cibernética visa antecipar, monitorar e conter riscos de propagação de vírus, fraude interna/externa, destruição lógica e roubos de dados do Conglomerado.

- **Risco de descontinuidade dos negócios**

O Plano de Continuidade de Negócios é estabelecido para garantir a capacidade do Conglomerado em superar e conter os efeitos adversos de uma situação de crise e/ou desastres severos (por exemplo, a inacessibilidade do local de trabalho, de dados e equipamentos), bem como proteger os seus interesses fundamentais. A gestão de continuidade de negócios abrange principalmente quatro tópicos: análise de impacto nos negócios; soluções de continuidade de negócios; formalização da documentação de gestão de crise; teste e manutenção de soluções de continuidade de negócios.

- **Risco regulatório**

O risco de não-conformidade é definido pela realização de um, ou mais processos, serem realizados de maneira errada ou diferente da maneira estabelecida por normas regulatórias e/ou políticas internas (não-conformidade) e é monitorado por todas as áreas responsáveis.

- **Risco país e de transferência**

O Risco País e de Transferência é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a outros países além do Brasil, em especial:

- Evento de risco no país onde se localiza a matriz que possui controle acionário de uma contraparte, ou onde se localiza o emissor de instrumento mitigador de risco associado à exposição de crédito (risco país indireto);
- Entraves na conversão cambial de recursos localizados fora do Brasil e necessários à liquidação de obrigação assumida por uma contraparte perante o Conglomerado (risco de transferência);
- Situação creditícia de uma contraparte que seja um governo central estrangeiro (risco soberano).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Seu monitoramento é realizado em conjunto com a análise de crédito das contrapartes, de forma regular, de acordo com política interna.

Os índices de capital foram apurados conforme as Resolução CMN nº 4.955 de 21 de outubro de 2021. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025 é de 26,19%, conforme apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
PR - Patrimônio de Referência	4.088.730	2.640.857
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	4.083.718	2.606.114
Ajustes de reavaliação patrimonial	-	54.846
Ajuste prudencial	(54)	(20.103)
Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	5.066	
Ativos ponderados pelos riscos (RWA)	15.610.038	14.909.201
Risco de crédito (RWACpad)	13.614.943	13.170.496
Privado bancário	5.677.165	4.682.838
Privado não bancário	7.920.335	8.480.893
Público não bancário	17.443	6.765
Risco de mercado (RWAMpad)	220.967	36.696
Exposição cambial	105.852	33.862
Exposição de juros	115.115	2.834
Risco operacional (RWAOpad)	993.951	859.830
Risco em derivativos (RWACVA)	780.177	842.179
PR mínimo requerido para RWA	1.248.803	1.192.736
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	2.839.927	1.448.121
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	89.800	79.595
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	2.750.127	1.368.526
Adicional de Conservação de Capital	390.251	372.730
Índice de Basileia	26,19%	17,71%
Índice de Basileia amplo	24,83%	16,86%

29. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("EC 132"), que altera significativamente o Sistema Tributário Nacional, introduzindo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (Dual IVA). O novo sistema prevê a substituição de cinco tributos atuais (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por dois novos tributos:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): de competência federal.
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): de competência estadual e municipal.

Impactos esperados e monitoramento:

A Administração está acompanhando ativamente a regulamentação da EC 132, especialmente a Lei Complementar 214/2025, que define regras específicas para o setor financeiro. Dentre os principais pontos, destacam-se:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

1. Período de Transição: início em 2026, com alíquotas de teste, com substituição gradual, a partir de 2027, até a extinção total dos atuais tributos, em 2033, o que demandará a necessidade de manutenção de dois processos simultâneos de apuração fiscal.
2. Regime Específico para Serviços Financeiros: a legislação prevê que serviços financeiros poderão ter regimes diferenciados em relação à alíquotas e base de cálculo, dadas as particularidades do resultado proveniente da intermediação financeira (spread).
3. Investimentos em Tecnologia: a Administração prevê a necessidade de revisões estruturais em seus sistemas de TI, assim como de processos internos, para suportar a nova sistemática de créditos tributários.

Mensuração Quantitativa:

Até a presente data, não é possível estimar de forma precisa os efeitos quantitativos sobre os resultados e o patrimônio líquido da Instituição. A mensuração definitiva dependerá da fixação das alíquotas nominais pelos órgãos competentes e da definição final das hipóteses de creditamento no âmbito dos serviços financeiros.

30. Eventos subsequentes

Posteriormente à data-base das demonstrações financeiras, o Banco tomou conhecimento de que um cliente corporativo de seu portfólio de crédito protocolou pedido de recuperação extrajudicial com seus principais credores financeiros quirografários. O Banco não foi signatário do plano de recuperação extrajudicial, o qual tem escopo limitado e não abrange as operações contratadas com o Banco.

Em linha com suas políticas de gestão de risco, o Banco mantém acompanhamento sistemático da situação financeira desse devedor, cujas operações encontram-se em situação normal de adimplência, assim como das negociações relacionadas ao processo de reestruturação, inclusive para fins de avaliação de reflexos em provisões de acordo com a Resolução CMN 4.966/21. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição junto ao cliente em questão representa montante imaterial perante ao total de ativos e patrimônio líquido do Banco.

Adicionalmente, o Banco mantém níveis de capital e liquidez robustos, que permitem absorver eventuais impactos sem comprometimento de sua solidez financeira. A Administração continuará monitorando ativamente a evolução deste caso e adotará as medidas necessárias para mitigar riscos e preservar os interesses da Instituição e de seus acionistas

ANEXO

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - semestre findo em 31 de dezembro de 2025:

O relatório do Comitê de Auditoria do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. (“Comitê”) aborda as atividades e conclusões do período mencionado. Composto por um membro interno e dois independentes, o Comitê realizou encontros regulares, análises documentais e interações com auditores e especialistas para cumprir suas funções.

Conforme seu regimento interno, o Comitê dentre suas atribuições, avalia a qualidade das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. e o Relatório do Conglomerado Prudencial do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. e suas investidas, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos. Além disso, o Comitê recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

Durante a análise das demonstrações financeiras e do relatório prudencial, não foram identificadas inconsistências. O Comitê reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação. Os controles internos mostraram-se eficazes, sem deficiências relevantes. A conformidade regulatória foi verificada, com a administração tomando as medidas necessárias.

A Auditoria Interna conduziu diversas auditorias ao longo do período, com destaque para a avaliação do cumprimento de recomendações de melhoria. A Auditoria Externa foi considerada independente e objetiva, sem divergências significativas.

Não foram reportados casos de fraude ou má conduta durante o período analisado, demonstrando a eficácia das políticas de prevenção e detecção.

Por fim, o Comitê de Auditoria concluiu unanimemente que os trabalhos realizados conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras individuais do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. e o Relatório do Conglomerado Prudencial do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. e suas investidas em 31 de dezembro de 2025, recomendando sua aprovação e publicação.

26 de março de 2026

Comitê de Auditoria